



**CERTIFICADO Nº 2954 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO**

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso V da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/Cadastro, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : ALISSON JUNIOR PEREIRA DA ROCHA  
CNPJ/CPF : 20.042.534/0001-98

Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : ALISSON JUNIOR PEREIRA DA ROCHA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Rua JOSÉ PINTO RIBEIRO SOBRINHO número/km 67  
Bairro KENEDY Cep 37445-000 Cruzília - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Cruzília (LAT) -21.8461, (LONG) -44.8158

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Processo Administrativo Licenciamento : 2954/2020

**Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :**

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
C-03-05-0	Fabricação de couro semiacabado e/ou acabado, não	Produção nominal	10	un./dia

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 03/08/2030.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 20, da Lei Estadual nº 21.972, de 2016, do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017, do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018 e do art. 8º, §4º, I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, com base nas informações prestadas pelo empreendedor.

Varginha, 03/08/2020.

Documento assinado eletronicamente por LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO, Superintendente, em 03/08/2020 09:46 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.